

O conceito de liberdade em Arendt e em Foucault: Aproximações e Distanciamentos

Greyce Kelly Cruz de Sousa França¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o conceito de liberdade a partir da perspectiva de Hannah Arendt e Michel Foucault. Tais perspectivas apresentam pontos de aproximações e distanciamentos que serão descritos e discutidos no âmbito da política. Para ambos, o conceito de liberdade é um conceito caro à política. No entanto, nem sempre esses autores vão concordar sobre o que ela é e em que espaço se manifesta. Tanto em um como em outro, a liberdade faz parte de uma relação, ou seja, ela não é um conceito isolado. Também para esses autores a liberdade é uma coisa fugaz. Ela se constitui em momentos específicos e da mesma forma, pode se desfazer. Em Arendt, assim que o espaço público é desfeito e que as pessoas deixam de agir em conjunto, a liberdade deixa de existir. Em Foucault, a liberdade não deixa absolutamente de existir, pois em outros pontos, em outras relações, onde o poder esteja atuando, a liberdade pode continuar sendo exercida. Em Arendt, a liberdade tem um lugar e uma condição específica para acontecer: o lugar é o espaço público, e a condição específica é a presença dos outros. Foucault, por outro lado, não determina um espaço prévio para a liberdade, esse espaço para ele não há, uma vez que a liberdade está disseminada pelo corpo social: tanto na esfera íntima como na esfera pública; a liberdade está em todo lugar, ou melhor, em qualquer lugar em que se trave o embate de forças entre o poder e a resistência.

Palavras-chave: Arendt. Foucault. Liberdade. Política.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na nossa conversa cotidiana, usamos a palavra liberdade em vários sentidos. Por exemplo: no sentido de livre-arbítrio diante de escolhas a serem feitas (ter liberdade para decidir); para adjetivar comportamentos ou condutas (ser livre de amarras, preconceitos, etc.); no sentido de bens inalienáveis (direito à liberdade de expressão; de ir e vir, dentre outros). Explicar a liberdade no âmbito da política é outro problema, pois se acompanharmos o movimento histórico veremos que tal definição toma nuances distintas em diferentes épocas, assim como variam as expectativas a respeito de qual é o seu papel. Múltiplos são os caminhos se quisermos estabelecer uma relação entre a liberdade e política. Porém para se empenhar em tal tarefa, é mister delimitar antecipadamente o que estamos chamando de liberdade. A despeito de tantas interpretações, no que consiste a liberdade? Arendt e Foucault se propõem a oferecer respostas nesse sentido. Para ambos, o conceito de liberdade é um conceito caro à política. No entanto, nem sempre esses autores vão concordar sobre o que ela é e em que espaço se manifesta.

¹ Psicóloga. Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) sob orientação do Prof. Dr. Fábio Abreu Passos. E-mail: cruz.greycekelly@gmail.com. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4442823E0>

2 O CONCEITO DE LIBERDADE EM HANNAH ARENDT

2.1 Sobre a Ação, a Política e a Liberdade

Na obra *Entre o passado e o futuro*, Hannah Arendt afirma que, “[...] para a questão da Política, o problema da liberdade é crucial [...]” (ARENDT, 2009, p. 191). Ela desenvolve essa ideia refletindo na forma como a filosofia se extraviou de seu propósito ao retirar a liberdade do campo da política. Inicia a discussão esclarecendo que algumas concepções de liberdade, amplamente aceitas e difundidas, não correspondem ao que ele entende por liberdade. Dentre essas concepções estão aquelas que apontam a liberdade como uma qualidade interior do homem, vivenciada por ele em relação a si mesmo. Segundo a autora:

[...] a liberdade não surge absolutamente na esfera do pensamento [...]; nem a liberdade nem o seu contrário são vivenciados no diálogo comigo mesmo no decurso do qual emergem as grandes questões filosóficas e metafísicas [...]; a tradição filosófica [...], destorceu, em vez de esclarecer, a própria ideia de liberdade, tal como ela é dada na experiência humana, ao transpô-la de seu campo original, o âmbito da Política e dos problemas humanos em geral, para um domínio interno, a vontade, onde ela seria aberta à autoinspeção. (ARENDT, 2009, p. 191).

Arendt aponta para um deslocamento ocorrido em relação ao lugar de origem da liberdade, ou seja, o âmbito político. As análises que ela desenvolve, nesse sentido, desembocarão na perda do sentido da política, algo que ela vai tentar explicar. Vamos inicialmente tentar realizar o exercício de conceituação dos termos política e liberdade, no interior do pensamento arendtiano. Para ela, falar em política é falar em ação, pois política e ação caminham juntas, assim, só se pode falar de liberdade em relação à política e à ação. Sobre a Ação, Arendt indica em *A condição humana*:

[...] a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *quahomens*. Esse aparecimento, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. (ARENDT, 2009, p. 220).

E ainda:

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato simples do nosso aparecimento físico original. [...] ela pode ser estimulada pela presença de outros a cuja companhia possamos desejar nos juntar, mas nunca é condicionada por eles; seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa. Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar [...], imprimir movimento a alguma coisa. Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano. (ARENDT, 2009, p. 221-224).

As passagens em destaque apontam a formulação do conceito de ação em Arendt, um conceito que se relaciona diretamente com a noção de aparecimento. Também a liberdade é para a autora um evento que se dá através do aparecimento; é nesse sentido que podemos falar que Arendt traz a política para o terreno da visibilidade, realizando, assim, uma fenomenologia da política, em detrimento

de uma noção metafísica. É porque os homens possuem o dom da ação que eles vão ser capazes de aparecer uns para os outros. Esse aparecimento se dá no campo político, através de uma ação em conjunto. “Essa qualidade reveladora do discurso e da ação passa a um primeiro plano quando as pessoas estão com as outras, nem pró nem contra elas – isto é, no puro estar junto dos homens [...]” (ARENDT, 2009, p. 225).

Arendt questiona o fato de que, nossa vida é regida por leis de causa e efeito e que tendemos a aferir que essas leis regem todos os aspectos da vida, no entanto, para ela, a liberdade não se insere no campo da causalidade, sendo, por outro lado, do campo da imprevisibilidade: “[...] o fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável [...]” (ARENDT, 2009, p. 222). Sobre a liberdade relacionada à política, Arendt nos diz:

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema [...], mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. [...] devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação, pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana (ARENDT, 2009, p. 191-192).

A relação que se estabelece entre ação, política e liberdade é, portanto, uma relação necessária que não pode ser desconsiderada para se entender a conceituação desses termos conforme a autora. Para ela:

[...] a liberdade, que só raramente - em épocas de crise e revolução - se torna o alvo direto da ação política, é na verdade o motivo porque os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação. (ARENDT, 2009, p. 192, grifo da autora).

Há que se considerar aqui, que a liberdade não é meramente um aspecto importante da política, mas a própria razão de ser da política. Donde depreende-se que não pode haver política se não houver liberdade e que a liberdade, por ser do campo da política, é necessariamente liberdade política. E por ser política, essa liberdade justamente se dá no domínio público e não no privado. Assim, Arendt aponta para o equívoco, digamos assim, em relação às concepções que tentam explicar a liberdade relacionada ao foro íntimo. Ela afirma:

A liberdade que admitimos como instaurada em toda teoria política e que mesmo os que louvam a tirania precisam levar em conta é o próprio oposto da “liberdade interior”, o espaço íntimo no qual os homens podem fugir à coerção externa e sentir-se livres. Esse sentir interior permanece sem manifestações externas e é, portanto, por definição, sem significação política. (ARENDT, 2009, p. 192).

Se admite-se que a liberdade seja de natureza privada, perde-se todo sentido falar de liberdade política, pois não haveria como percebê-la como uma realidade tangível. Por sua vez, Arendt assegura que:

[...] a despeito da grande influência do conceito de uma liberdade interior e apolítica sobre a tradição do pensamento, parece seguro afirmar que o homem nada saberia da liberdade

interior se não tivesse antes experimentado a condição de estar livre como uma realidade mundanamente tangível. Tomamos inicialmente consciência da liberdade ou do seu contrário em nosso relacionamento com outros, e não no relacionamento com nós mesmos. (ARENDT, 2009, p. 194).

Ou seja, é porque experimentamos a liberdade como algo tangível, no âmbito externo, que temos a noção do que ela pode vir a ser. Argumentando dessa forma, Arendt tenta demonstrar como seria inconsistente ou pouco plausível buscar fundamentar a noção de liberdade numa interioridade, o que levaria a uma dificuldade de estabelecer critérios para defini-la. Ainda nesse sentido, a autora argumenta:

Antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Essa liberdade [...] era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida. O estado de liberdade, porém, não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado [...], no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos. (ARENDT, 2009, p. 194).

Nessa passagem, Arendt se encaminha para um dos argumentos fortes que busca defender: o da liberdade no campo político e não no campo da necessidade. A autora aponta que, enquanto as questões relacionadas à necessidade se fazem prevalecer, não se tem política. Somente quando estas foram superadas é que se pode pensar em política. Conforme Passos (2017, p. 129-131), a assertiva de que não existiria ação política se não existisse liberdade

[...] somente ganha realidade quando nos relacionamos com os outros, e não no relacionamento com nós mesmos. Para que a liberdade fosse experienciada de maneira política, o homem grego necessitava livrar-se da necessidade do ciclo vital, com o escopo de adentrar na arena pública, pois a ação política só começa quando o imprescindível à manutenção da vida está garantido [...]. É somente ao adentrar a cena pública que o homem passa a ser igual entre os iguais, ou seja, quando sua preocupação é com o interesse público e plural.

Mas essa superação, ou liberação (como ela nomeia) não é o único critério para se adentrar no campo político. É essencial também que exista um lugar para que os homens possam aparecer, e esse lugar deve ser politicamente organizado. Tal lugar é o espaço público.

Obviamente, nem toda forma de inter-relacionamento humano e nem toda espécie de comunidade se caracteriza pela liberdade. Onde os homens convivem, mas não constituem um organismo político [...], o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação. Além disso, sempre que o mundo artificial não se torna palco para ação e discurso [...], a liberdade não possui realidade concreta. Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. (ARENDT, 2009, p. 194-195).

Assim, o espaço público não se constitui apenas como um local de aparecimento da liberdade, mas se mostra como elemento fundamental para que essa possa vir a existir. É somente no espaço público que a liberdade se manifesta. Assim que o espaço público deixa de existir, no mesmo instante, a liberdade cessa de aparecer.

3 O CONCEITO DE LIBERDADE EM MICHEL FOUCAULT

3.1 Sobre a Liberdade, a Biopolítica, o Poder e a Resistência

A questão da liberdade não é analisada por Foucault de uma maneira pontual e uniforme. O autor não apresenta uma teoria sobre a liberdade. No entanto, sua reflexão sobre o assunto aparece em forma de entrevistas, artigos, textos sobre temas variados, tais como: a problematização sobre as práticas de si (o cuidado de si), sobre o criminoso ou o indivíduo perigoso, acerca do estatuto do louco, sobre a discussão da liberdade de escolha sexual e sua manifestação, a relação entre a filosofia e o poder, etc. A noção de liberdade no autor, também é discutida no estudo das técnicas de si, um trabalho genealógico da ética, presente nos dois últimos volumes da *História da sexualidade* em que ele aponta as técnicas de si vinculadas às técnicas de governo e administração dos outros. Assim, para entender o conceito de liberdade em Foucault é preciso entender outros conceitos de poder que se implicam mutuamente com a liberdade e, sem os quais, ela não poderia ser pensada. A nível de recorte metodológico para esta pesquisa, os termos que serão relacionados à liberdade serão a biopolítica, o poder e a resistência.

Conforme Foucault “[...] o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo [...] os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas as relações, são circularmente o efeito e a causa delas [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 4). A análise dos mecanismos de poder tem, no entender do autor, “[...] o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 5). O próprio termo “[...] ‘poder’ não faz mais que designar um campo de relações que tem de ser analisado por inteiro [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 258). Foucault rompe com a ideia do Estado como órgão exclusivo do poder. Ele realiza uma análise ascendente (dos vários mecanismos e técnicas de poder relacionados à produção de saberes e como estes se relacionam com o nível mais geral do poder da qual se constitui o Estado). O Estado deixa de ser o ponto de partida e o foco da origem de toda forma de poder, sendo que foi, muitas vezes, fora dele que relações de poder essenciais para a formação de saber, com técnicas particulares e parcialmente autônomas se constituíram e se transformaram. Foucault não pretendia “retirar” o poder do estado e situá-lo em outro lugar; isso nem seria possível, uma vez que para ele o poder não se localiza em nenhum lugar, em nenhum ponto específico do seio social. O poder funciona como uma rede de dispositivos a qual ninguém está de fora ou imune. Não existem fronteiras que limitem as relações de poder. Desta forma, o poder não é algo que se possui, e sim algo que se exerce. Também não existe aqueles que detém o poder e aqueles dele desprovidos. O poder simplesmente não existe; o que existe é o funcionamento das práticas de poder. Tal funcionamento também não possui localização específica, podendo ocorrer em qualquer parte do tecido social. O poder é uma relação e, como tal, as lutas contra o seu exercício ocorrem no interior de tal relação (e não fora), visto que nada escapa ao poder (FOUCAULT, 1979).

Esse confronto incessante de embates, do qual se constitui o poder, surge enquanto resistência. Resistência, por sua vez, é compreendido por Foucault como liberdade. Se há possibilidade de resistir, então há liberdade. Poder, liberdade e resistência se implicam mutuamente, caminham juntos;

se um deles desaparece, a relação deixa de existir, os outros perdem seu sentido. Onde há poder, há liberdade, e se não existe lugar próprio do poder, também não há lugar próprio da liberdade, apenas pontos momentâneos e deslocáveis, distribuídos na estrutura social. A liberdade é resistência, é afrontamento, é luta. Assim como o poder não é uma coisa que se possui, ela se disputa e nessa disputa ou se perde ou se ganha. Em *O sujeito e o poder*, Foucault parece tornar ainda mais complexa sua análise sobre as relações de poder. Nesse caso, a liberdade é apresentada como elemento estratégico para a própria existência de relações de poder, um componente fundamental ao seu exercício.

[...] a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstrairse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 244).

Ou seja, enquanto há liberdade, há embate de forças, há possibilidade de resposta, há poder; por isso, onde há poder, há liberdade. Pelo contrário, onde há violência, o poder deixou de existir, as possibilidades de resposta foram emudecidas, deixou de haver o embate de forças, prevaleceu a violência. Foucault ressalta que não se pode caracterizar o poder com relação a lei nem à repressão, pois ele não se dá nem no nível do direito, nem da violência. Sobre isso, ele indaga:

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 7-8).

Foucault afirma que é falso definir o poder como algo que só diz não, que limita e castiga. A esta concepção negativa o autor acrescenta uma concepção positiva, na qual ele explica que o poder não se manteria se fosse somente pautado em formas de repressão. Para ele, as forças negativas relacionadas ao poder, tais como a repressão não são o fundamental do poder e que este é produtivo; que é preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos e passar a admitir que o poder não diz apenas não, ele também produz, ou seja, o poder possui positividade e é por esse aspecto que ele vai ter como alvo o corpo humano individual a fim de ^{adestrá-lo}. O que interessa ao poder não é expulsar o homem da vida social ou impedir que ele exerça suas atividades, pelo contrário, objetiva-se controlá-lo nessas ações para que se possa utilizá-lo ao máximo e com máxima eficácia. Tal objetivo é político e econômico no sentido que possibilita o aumento de seu trabalho e a diminuição de sua capacidade de resistência, ou seja, de liberdade. Assim, esse homem torna-se menos propenso a insurgir contra as ordens do poder, ou seja, ele é neutralizado, tornado dócil (FOUCAULT, 2009).

[...] muito ao contrário de um poder de tipo repressivo, o que Michel Foucault encontra em suas investigações é um poder atuante, constitutivo [...] de tipo disciplinar. Esse tipo de poder opera por meio de estratégias, táticas e técnicas sutis de adestramento; uma conformação física, política e moral dos corpos. As formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas (típicas do exercício do poder soberano) foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição. Para conseguir a sujeição dos corpos, a disciplina precisa, no entanto, pressupor a liberdade. Não é à toa que este tipo de poder desenvolve-se plenamente em continuidade com os valores liberais burgueses de igualdade e liberdade da sociedade moderna. (FRICHE, 2008, p. 12).

Para Foucault, embora o poder atue externamente ao homem, ele pode agir sobre seu corpo produzindo comportamentos e fabricando o tipo de sujeito ideal ao funcionamento e manutenção da sociedade capitalista. Nesse contexto, o corpo se torna força de trabalho produtiva à medida que está inserido no sistema político de dominação do poder disciplinar.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; [...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos de violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem de terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. (FRICHE, 2008, p. 28-29).

A imersão do corpo num campo político, juntamente com o surgimento e desenvolvimento do liberalismo na modernidade, fizeram nascer o fenômeno denominado por Foucault de biopolítica. Conforme o autor, biopolítica é a maneira pela qual se tentou racionalizar o problema político da população dentro da relação entre esta e o Estado no contexto do liberalismo. O autor analisa o liberalismo

[...] não como uma teoria, nem como uma ideologia e, ainda menos, é claro, como um modo da “sociedade se representar...”, mas como uma prática, como uma “maneira de fazer” orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua. O liberalismo deve ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, à regra interna da economia máxima. (FOUCAULT, 1997, p. 90).

A racionalização liberal parte da noção de que o governo, ou seja, a atividade de conduta humana por meio de instrumentos estatais, não tem em si mesma a razão de ser, seu princípio regulador. O liberalismo rompe com a razão de Estado que busca no reforço do próprio Estado sua finalidade e seu desenvolvimento. No liberalismo a racionalização da prática governamental não parte do Estado, mas da sociedade, estando esta, em uma relação de exterioridade e interioridade em relação ao Estado (FOUCAULT, 2008a). Em outras palavras, o que torna necessário que haja um governo é a sociedade. Na referência da palavra Biopolítica Judith Revel, assim afirma:

O termo biopolítica designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes cons-

tituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida que elas se tornam preocupações políticas. (REVEL, 2005, p. 26).

O nascimento da biopolítica se dá:

No cruzamento das relações de poder e do que sem cessar lhes escapa, nascem realidades de transação que são de alguma maneira uma interface entre governantes e governados. É neste cruzamento, na gestão desta interface, que constitui o liberalismo como arte de governar. É neste cruzamento que nasce a biopolítica [...] O liberalismo não é, então, primeiro, nem, propriamente falando, uma teoria econômica, nem uma teoria política, mas uma arte de governar que assume o mercado como teste, como instrumento de inteligibilidade, como verdade e medida da sociedade. (FICHE, 2008, p. 44).

A noção de liberdade relacionada à biopolítica é paradoxal ao liberalismo. Na medida em que a biopolítica, enquanto uma razão de estado, propõe que quanto menos se governa, mais liberdade se tem, vindo o Estado a manifestar-se apenas quando a política estiver interferindo na economia, ao mesmo tempo, os sujeitos, supostamente livres para se autogovernarem (faça tudo que a lei não proíbe), estão entrelaçados no jogo político do poder que, aparentemente não os limita em nenhum aspecto, mas que, implicitamente usa de táticas e técnicas para constituí-los como sujeitos que interessam ao sistema e que sejam capazes de contribuir para que o jogo do poder, se mantenha como está.

Inclinamo-nos a crer que a liberdade começa onde a política termina, por termos visto a liberdade desaparecer sempre que as chamadas considerações políticas prevaleceram sobre todo o restante. Não estaria correto, afinal de contas, o credo liberal – “Quanto menos política, mais liberdade”? Não é verdade que, quanto menor o espaço ocupado pelo político, maior é o domínio deixado à liberdade? Com efeito, não medimos com razão a extensão da liberdade em uma comunidade política qualquer pelo livre escopo que ela garante a atividades culturais e intelectuais? Não é verdade, como todos acreditamos de algum modo, que a política é compatível com a liberdade unicamente porque e na medida em que garante uma possível liberdade da política?. (ARENDT, 2009, p. 195).

O sujeito na biopolítica é produto das táticas do poder e mesmo que pense que é livre para escolher, na realidade é livre somente na medida em que escolhe dentro das opções que lhe são dadas previamente. As possibilidades de resistência, embora existam, tendem a ser consideravelmente minimizadas. O jogo político e a finalidade política, na visão de Foucault, acabam se tornando aquela que é ditada pela razão de Estado, e não por uma pessoa que tenha por encargo podar a liberdade dos demais, não vigora mais o jogo contratual em que todos têm que abrir mão de sua liberdade em prol de se constituírem socialmente; quem dita as regras agora é todo um aparelho mecanicamente orquestrado regendo as relações como um todo, e o todo soberano da vez é o capital.

A partir da nova razão governamental [...], o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado a agir [...] na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto de indivíduos, ou para o interesse de determinado indivíduo, confrontados ao interesse de todos, etc. o governo só se interessa pelos interesses. (FOUCAULT, 2008a, p. 62).

4 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE O CONCEITO DE LIBERDADE EM ARENDT E EM FOUCAULT

Conforme exposto até aqui, o conceito de Arendt e de Foucault sobre a liberdade se situam dentro de um viés político, embora Foucault extrapole esse viés. Se podemos pensar uma aproximação entre esses conceitos, seria a de que, tanto em um como em outro, a liberdade faz parte de uma relação. Ela não é um conceito isolado. Em Arendt essa relação se faz com política e a ação em conjunto. Em Foucault, essa relação, dentre outras que podem ser estabelecidas, foi apresentada como a que existe entre poder, resistência e biopolítica. Também para esses autores a liberdade é uma coisa fugaz. Ela se constitui em momentos específicos e da mesma forma, pode se desfazer.

Outra similaridade diz respeito ao desaparecimento da liberdade ou da sua manifestação. Em Arendt, assim que o espaço público é desfeito e que as pessoas deixam de agir em conjunto, a liberdade deixa de existir. Em Foucault, sempre que a possibilidade de resposta e/ou a incapacidade para resistir, não estiverem presentes no embate de forças do jogo do poder, a liberdade deixa de acontecer. A diferença é que, em Foucault, a liberdade não deixa absolutamente de existir, pois em outros pontos, em outras relações, onde o poder esteja atuando, a liberdade pode continuar sendo exercida.

Quanto às diferenças entre os conceitos apresentados pelos autores, temos que, em Arendt, a liberdade tem um lugar e uma condição específica para acontecer: o lugar é o espaço público, e a condição específica é a presença dos outros. Nesse sentido, a autora não concebe a liberdade como algo que possa fazer parte de um foro íntimo. Foucault, por outro lado, não determina um espaço prévio para a liberdade, esse espaço para ele não há, uma vez que a liberdade está disseminada pelo corpo social: tanto na esfera íntima como na esfera pública; a liberdade está em todo lugar, ou melhor, em qualquer lugar em que se trave o embate de forças entre o poder e a resistência.

Outra diferença diz respeito ao fato de que, Arendt estabelece distinção para se desfrutar da liberdade; para ela, só poderiam ser considerados livres e, portanto, aptos a exercerem a liberdade no espaço público, aqueles que foram liberados das necessidades da vida. Foucault não estabelece qualquer distinção nesse sentido. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, dentro das relações de poder, enquanto capazes de resistir, exercem a liberdade. Por fim, enquanto em Arendt há uma preocupação de que as necessidades da vida não embotem as questões políticas, fazendo ela perder o seu sentido, Foucault faz o diagnóstico social, ao postular a biopolítica, de que as necessidades da vida e a própria vida, foram investidas nas relações de poder e no campo político, passando a se constituírem como objeto de fabricação e controle. É a entrada da vida no campo político que fazem nascer a biopolítica. Se isso se constitui como uma perda do sentido da política é uma questão a ser analisada em outros trabalhos.

The concept of freedom in Arendt and in Foucault: approximations and distances

ABSTRACT

This article aims to analyze the concept of freedom from the perspective of Hannah Arendt and Michel Foucault. These perspectives present points of approximations and distances that will be described and discussed in the scope of the policy. For both, the concept of freedom is an expensive concept for politics. However, these authors will not always agree on what it is and in what space it manifests itself. In both cases, freedom is part of a relationship, that is, it is not an isolated concept. Also for these authors freedom is a fleeting thing. It is constituted at specific moments and in the same way, it can be undone. In Arendt, once public space is broken and people cease to act together, freedom ceases to exist. In Foucault, freedom does not cease to exist at all, for in other points, in other relations, where power is acting, freedom can continue to be exercised. In Arendt, freedom has a place and a specific condition to happen: the place is the public space, and the specific condition is the presence of others. Foucault, on the other hand, does not determine a prior space for freedom, this space for him does not exist, since freedom is disseminated by the social body: both in the intimate sphere and in the public sphere; freedom is everywhere, or rather, wherever there is a clash of forces between power and resistance.

Keywords: Arendt. Foucault. Freedom. Politics.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução, Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRICHE, I. C. **Poder, normalização e violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

PASSOS, F. A. **A faculdade do pensamento em Hannah Arendt: implicações políticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BIOGRAFIA

Greyce Kelly Cruz de Sousa França

Psicóloga. Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).